



ATA 04/2020

Aos dezoitos dias do mês de junho de dois mil e vinte o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) reuniu-se de forma online através do aplicativo google meet, a partir das treze horas e trinta minutos. Lucirene, presidenta, realiza a abertura da plenária. **Pauta 1- Ata 03/2020** ficou para ser aprovada na próxima plenária, pois há alterações a serem realizadas. Lucirene. **Pauta 2 - Rede solidária:** Diego (SEGG), realiza apresentação através do power point. Diego relata que no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte foi criado a rede solidária pelo decreto municipal noventa e cinco mil e quinhentos e trinta oito, envolvendo sete secretarias do governo e mais sete entidades da sociedade civil. Apresenta também os critérios de atendimento e que possui como objetivo atender o máximo de famílias que estão em questão emergencial. Foi aberto as perguntas, sem perguntas, encerra-se esta pauta. **PAUTA 3** - Charles, sociólogo da SDS, apresenta o **DECRETO** relatando sobre a reunião com as **comissões de finanças e políticas** que ocorreu na última terça feira, onde foi apresentado as comissões o **decreto sobre o crédito extraordinário no valor de dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais, quarenta centavos**, tendo como fonte de recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), para atender as despesas de assistência social em ações na preservação dos serviços essenciais diante do enfrentamento e combate ao covid 19, conforme **portarias 369/2020 e 378/2020** do Ministério da Cidadania. Charles comenta que a **portaria 369** foi dividida em três itens: primeiro item são para EPI's e vem definido na portaria que que são específicos para servidores do poder público; segundo item: alimentação; terceiro item: ações socioassistenciais em combate ao covid-19. Relata ainda que o próprio ministério criou conta no Banco do Brasil para o município e só podem ser gastos nestes itens. **Portaria 378** voltada a proteção da ação social que vai ser usado para folha de pagamento e encargos da proteção social, comenta a nota explicativa que visa esclarecer os dados e números da proposta do decreto da Prefeitura Municipal de São Leopoldo para abrir o crédito extraordinário na Lei Orçamentária de 2020 da SDS. Paulo, conselheiro, lembra o Charles que na reunião das comissões ficou acordado que o valor financeiro de recurso livre da folha de pagamento deverá ser destinado ao fundo municipal da assistência social. Lucirene, solicita a votação dos conselheiros para a **aprovação deste decreto, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com recomendações do CMAS.** **PAUTA 4 - Termo aditivo.** Charles informa que enviou um termo aditivo as organizações da sociedade civil e que é preciso cada organização fazer uma justificativa formal para justificar o pedido de compras. Utilizar o recurso do plano de trabalho com objetivo específico e seus desdobramentos, quais EPI's e materiais que serão utilizados com seus respectivos valores e período de execução. Lucirene, presidenta, complementa a importância da aquisição dos EPI's, materiais e marmitas, conforme a necessidade de cada OSC. Tiago, jurídico da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, diz: existe a

possibilidade de fazer aditivos com as entidades desde que tenha justificativa. **PAUTA 5 -** Paulo, conselheiro, traz a pauta dos trabalhadores: relata que na plenária passada o CMAS fez recomendação em três pontos, dois deles estavam previstos nos diálogos já realizados, mas a pauta do SEMAE gostaria de ter um retorno. Traz também a questão de contingência sanitária em que falta protocolo e ações para orientar trabalhadores e quer saber se há alguma previsão. Trabalhadores também relatam que estão faltando EPI's como: máscaras, álcool gel. Adilson, secretário Adjunto, comenta que a vigilância sanitária encaminhou um plano amplo e que então foram realizadas as adequações para cada equipamento e que esses planos de contingência e que várias instituições já cumpriram o prazo do dia dez de junho e enviaram seus planos, as instituições que ainda não enviaram a SDS esta requerendo. A ideia é que semana que vem inicie as visitas em alguns equipamentos para verificar o cumprimento do plano. Comenta que irá verificar com as diretorias sobre a falta de EPI's nos serviços. Adriana, representante da saúde, solicita que seja enviado um documento para o SEMAE direcionado ao diretor Anderson Etter, solicitando as torneiras nos espaços públicos. Daniel, diz que compreende a fala do Paulo e diz que cada entidade pode compartilhar com seus trabalhadores a informação, e que essa dificuldade sobre o plano pode ter haver com a metodologia dos planos de cada unidade. Adilson, secretário Adjunto, diz que o responsável técnico precisa acompanhar a execução deste plano de contingência. Loreto, diz que cada equipamento tem que se adequar, e a partir da entrega dia dez de junho os planos de contingência precisam estar em ação. Lucirene, presidente, recomenda uma formação online com a secretária de saúde como formação para todos. Leticia, Secretária de assistência social diz que não tem retorno do SEMAE e vai solicitar ao chefe de gabinete para entrar em contato. Paulo, conselheiro, comenta que faz um mês que o conselho está falando sobre a pauta SEMAE, e relata que outras cidades possuem iniciativas de disponibilizar água então é algo que dá para fazer. Diego, comenta que a Leticia e Adilson já estabeleceram esta demanda ao governo. E o Governo já encaminhou ao SEMAE. E relata que o SEMAE tem dificuldade em fazer porque há políticas sobre a água e que não recomendam o uso de torneiras em espaços públicos por causa do desperdício. Porém ficou de dar retorno. Lucirene, presidenta, recomenda que todos os trabalhadores da assistência devem receber a vacina contra o H1N1 e relata também que o CMAS já fez recomendação solicitando a vacinação. Diego, diz que a vacinação dos trabalhadores ocorrerá num ponto central e será organizado pelo SDS a todos os trabalhadores. Também comenta que tratou com o SEMAE a demanda de colocar torneiras em espaços públicos e que trará retorno semana que vem. **PAUTA 6 – Dispensa de chamamento para as máscaras:** Leticia relata que será produzido dezoito mil máscaras para serem distribuídas no município. Tiago, jurídico da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, explica que há um processo de dispensa de chamamento público, todas as ocs que estejam interessadas podem se inscrever e após é feito uma seleção, e para alguns casos é possível fazer a dispensa do chamamento público, sendo um desses casos o de calamidade pública. Lucirene, presidenta, pede a **votação dos conselheiros sobre a dispensa do chamamento público: tivemos onze votos a favor e uma abstenção.** **PAUTA 7-** Lucirene, solicita a Adilson que explique sobre as ocs que já conversaram com a SDS a respeito da **Dispensa de Chamamento Público para os**

serviços do acolhimento para crianças e adolescentes preventivos 10 vagas (Instituição Isaura Maia) ; acolhimento para crianças, adolescentes 10 vagas e pessoas em situação de vulnerabilidade social 10 vagas , podendo ampliar mais 10 vagas para cada situação podendo chegar 20 vagas no Monte Alverne (Instituição AMMEP) ; 18 vagas para o acolhimento para pessoas adultas em situação de rua no Centro POP (Instituição Lenon Joel Pela Paz). Lucirene, enfatiza que esta apresentação seja mediada por alguém da SDS, pois Lucirene é trabalhadora em uma das OCS. Adilson, diz que as OCS são: Instituto Lenon Joel Pela Paz, AMEP e Isaura Maia. Lucirene questiona se conselheiros possuem dúvidas sobre as ocs, ou conhecem alguma outra OCS que tenham interesse neste edital. Beatriz, Casa Aberta, demonstra interesse em ser beneficiada com máscaras já prontas. Leticia, secretária da SDS explica que as OCS citadas irão produzir as máscaras e depois o governo irá realizar a distribuição. Paulo, conselheiro, comenta que há outras OCS que demonstram estar desconfortáveis por não terem sido comunicadas. Leticia, secretária da SDS, lembra a urgência de iniciar logo a execução deste edital e que seria interessante o conselho decidir nesta plenária. Daniel, propõem que haja uma indicação de dois conselheiros para participar de um GT para ser realizado a escolha das OCS. Adilson relembra a urgência para começar a execução deste edital. Daniel, novamente sugere que dois conselheiros que não estejam nas instituições envolvidas formem um GT para a escolha das OCS. Diego, comenta que só estamos contratando de forma emergencial nas questões que não dão para contratar via chamamento público por sua urgência e sugere não haver GT, e que se outra OCS que possui interesse em participar deste edital que procure a SDS para expressar interesse e assim a SDS determinar a OSC que irá participar. Adilson, comenta que concorda com a sugestão do Diego. Lucirene, presidenta, solicita **votação dos conselheiros sobre quem é a favor das três OSC já citadas para iniciar o serviço na semana que vem:** tivemos dez conselheiros a favor e duas abstenções. Ficou acordado também que se outra OSC tiver interesse tem até amanhã para expressar o mesmo.

Pauta 8 - Comissão de Normas: Ruzel, conselheira comenta sobre a documentação desta instituição e sobre visita na sede que o IEDE está usando, após sua sede em março deste ano ter incendiado. Odair comenta da importância de o CMAS **aprovar esta nova sede**, pois estão a risco de perder projetos. Odair também sugere que o CMAS aprove, porém, **condicionado a aprovação da visita técnica pela comissão**. Lucirene, presidenta, solicita votação dos conselheiros: **aprovado por unanimidade**. Lucirene, presidenta, informa a todos os conselheiros que as plenárias ordinárias do CMAS voltarão a seguir o calendário da segunda quarta-feira do mês, neste momento de pandemia, serão realizadas de forma online. Nada mais havendo a declarar, eu Fernanda Glienke encerro esta ata.